



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ap Cível/Rem Necessária Nº 1.0000.22.293143-8/001



EMENTA: < REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA – MULTA APLICADA PELO TCE – PRESCRIÇÃO – TEMA 889 DO STF – NÃO APLICAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA.

O Tribunal de Contas analisa, de forma autônoma, a legalidade e regularidade da gestão dos recursos públicos, apurando a responsabilidade pelos danos causados ao erário, atraindo, assim, a exceção à regra da imprescritibilidade prevista na norma inserta no art. 37, §5º da CR/88.

Não se tratando da hipótese prevista no citado tema julgado pelo STF, de hipótese à exceção da imprescritibilidade, necessário observar que a Administração, sob pena de ofensa à segurança jurídica e estabilidade das relações, eternizar a apuração dos fatos a que deve analisar.

Aplicável, ao caso, seguindo a jurisprudência do STJ, o prazo de cinco anos previsto no art. 1º do Decreto-lei 20.910/32 e art. 1º da Lei nº 9.873/99 para os casos de tramitação de feitos perante o TCE.

>

AP CÍVEL/REM NECESSÁRIA Nº 1.0000.22.293143-8/001 - COMARCA DE PARACATU - REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE PARACATU - APELANTE(S): ESTADO DE MINAS GERAIS - APELADO(A)(S): MARIA ROMUALDA DE OLIVEIRA - INTERESSADO(S): MUNICIPIO DE PARACATU

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 3ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em [<reexame necessário, manter a sentença, prejudicado o recurso>](#).

DES. JAIR VARÃO
RELATOR



DES. JAIR VARÃO (RELATOR)

V O T O

< Trata-se de reexame necessário e apelação cível interposta pelo Estado de Minas Gerais contra a sentença que, nos autos da ação anulatória ajuizada por Maria Romualda de Oliveira Andrade, julgou procedente o pedido para anular o julgamento do processo administrativo de nº 1054102, realizado no Tribunal de Contas do Estado, tornando por consequência a inexigibilidade da CDA nº 1.198/2021 (Id 6179728034) em relação à ora apelada.

Em seu recurso, pugna pela reforma da sentença, aduzindo, em síntese, que não se operou a prescrição alegada conforme o art. 37, § 5º da CR/88 e que o STF no julgamento do RE nº 669.069-MG fixou a tese de que é imprescritível ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

Intimada a se manifestar, a parte apelada se manifestou pelo desprovimento do recurso.

Em síntese, é o relatório.

I – do juízo de admissibilidade

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do reexame necessário e do recurso interposto.

II – do mérito

A autora ajuizou ação anulatória de ato administrativo contra o Município de Paracatu e Estado de Minas Gerais.

Retira-se dos autos que o Estado de Minas Gerais, através do Tribunal de Contas, instaurou inspeção ordinária no âmbito da Câmara Municipal de Paracatu com o fito de fiscalizar diversos atos praticados no exercício de 2005 com relação às despesas com manutenção de ambulância e verbas de gabinete.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ap Cível/Rem Necessária Nº 1.0000.22.293143-8/001

Após encerrada a inspeção, a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado, imputou à ora recorrida responsabilidade pelas irregularidades apontadas nos itens 2 e 3 do acórdão.

Foi expedida certidão de débito nº 1.198/2021 que atribuiu a obrigação de restituir ao Município de Paracatu a importância de R\$545.158,57.

A parte autora foi notificada extrajudicialmente para adimplir o débito apontado com valor atualizado de R\$566.676,85.

A parte autora defende a ocorrência de prescrição, alegando que os fatos ocorreram no ano de 2005 e que a decisão que imputou obrigação de ressarcimento aconteceu em sessão realizada pela 1ª Câmara no dia 10/03/20, ou seja, após aproximadamente quinze anos.

O Município de Paracatu suscitou preliminar de ilegitimidade passiva.

Pois bem.

Entendo que a sentença mereça ser confirmada.

Analiso primeiramente a legitimidade do Município de Paracatu para figurar no polo passivo da demanda.

Entendo que tal alegação não merece prosperar.

Explico.

A parte autora foi condenada ao pagamento de quantia aos cofres públicos municipais, tendo o município notificado a parte autora requerendo o pagamento.

Deste modo, inegável se mostra a legitimidade passiva do município para figurar no polo passivo da ação que visa desconstituir o crédito.

Quanto à tese de que imprescritível ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil, entendo que não merece prosperar.

Vejamos.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça



Ap Cível/Rem Necessária Nº 1.0000.22.293143-8/001

O Tribunal de Contas analisa, de forma autônoma, a legalidade e regularidade da gestão dos recursos públicos, apurando a responsabilidade pelos danos causados ao erário, atraindo, assim, a exceção à regra da imprescritibilidade prevista na norma inserta no art. 37, §5º da CR/88.

Não se desconhece que o STF, analisando o Tema 897, fixou a tese de que é imprescritível ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil, todavia não estamos diante de um caso que se aplica tal tema, pois se trata de processo administrativo decorrente de inspeção ordinária realizada na Câmara Municipal de Paracatu.

Assim, não se tratando da hipótese prevista no citado tema julgado pelo STF, de hipótese à exceção da imprescritibilidade, necessário observar que a Administração, sob pena de ofensa à segurança jurídica e estabilidade das relações, eternizar a apuração dos fatos a que deve analisar.

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais a LC 102/08 disciplina a prescrição e a decadência:

Art. 110-A. A prescrição e a decadência são institutos de ordem pública, abrangendo as ações de fiscalização do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. O reconhecimento da prescrição e da decadência poderá dar-se de ofício pelo relator ou mediante provocação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas ou requerimento do responsável ou interessado.

Art. 110-B. A pretensão punitiva do Tribunal de Contas fica sujeita a prescrição, conforme o prazo fixado para cada situação.

Art. 110-C. São causas interruptivas da prescrição:
I - despacho ou decisão que determinar a realização de inspeção cujo escopo abranja o ato passível de sanção a ser aplicada pelo Tribunal de Contas;
II - autuação de feito no Tribunal de Contas nos casos de prestação e tomada de contas;
III - autuação de feito no Tribunal de Contas em virtude de obrigação imposta por lei ou ato normativo;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ap Cível/Rem Necessária Nº 1.0000.22.293143-8/001

IV - instauração de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas;

V - despacho que receber denúncia ou representação;

VI - citação válida;

VII - decisão de mérito recorrível.

Art. 110-D. As causas suspensivas da prescrição serão disciplinadas em ato normativo próprio.

Parágrafo único. Cessada a causa suspensiva da prescrição, retoma-se a contagem do prazo do ponto em que tiver parado.

Art. 110-E. Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas, considerando-se como termo inicial para contagem do prazo a data de ocorrência do fato.

Art. 110-F. A contagem do prazo a que se refere o art. 110-E voltará a correr, por inteiro:

I - quando da ocorrência da primeira causa interruptiva da prescrição, dentre aquelas previstas nos incisos I a VI do art. 110-C;

II - quando da primeira decisão de mérito recorrível. (g.n.).

No caso dos autos, os fatos se referem ao ano de 2005, tendo sido apuradas as irregularidades somente em 2020, quando realizada a sessão que determinou a expedição da certidão de débito que atribuiu a obrigação à ora apelada.

Entendo que aplicável ao caso, seguindo a jurisprudência do STJ, o prazo de cinco anos previsto no art. 1º do Decreto-lei 20.910/32 e art. 1º da Lei nº 9.873/99.

Neste sentido:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REPERCUSSÃO GERAL. EXECUÇÃO FUNDADA EM ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESCRITIBILIDADE. 1. A regra de prescritibilidade no Direito brasileiro é exigência dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, o qual, em seu sentido material, deve garantir efetiva e real proteção contra o exercício do arbítrio, com a imposição de restrições



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça



Ap Cível/Rem Necessária Nº 1.0000.22.293143-8/001

substanciais ao poder do Estado em relação à liberdade e à propriedade individuais, entre as quais a impossibilidade de permanência infinita do poder persecutório do Estado. 2. Analisando detalhadamente o tema da “prescritibilidade de ações de ressarcimento”, este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL concluiu que, somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/1992 (TEMA 897). Em relação a todos os demais atos ilícitos, inclusive àqueles atentatórios à probidade da administração não dolosos e aos anteriores à edição da Lei 8.429/1992, aplica-se o TEMA 666, sendo prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública. 3. A excepcionalidade reconhecida pela maioria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no TEMA 897, portanto, não se encontra presente no caso em análise, uma vez que, no processo de tomada de contas, o TCU não julga pessoas, não perquirindo a existência de dolo decorrente de ato de improbidade administrativa, mas, especificamente, realiza o julgamento técnico das contas à partir da reunião dos elementos objeto da fiscalização e apurada a ocorrência de irregularidade de que resulte dano ao erário, proferindo o acórdão em que se imputa o débito ao responsável, para fins de se obter o respectivo ressarcimento. 4. A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal). 5. Recurso Extraordinário DESPROVIDO, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição. Fixação da seguinte tese para o TEMA 899: “É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”.(RE 636886, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA. ANULAÇÃO DE MULTA APLICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. PROCEDIMENTO QUE SE ESTENDEU POR MAIS DE 13 ANOS. PARALISAÇÃO POR MAIS DE 05 ANOS EM DETERMINADO SETOR DAQUELE ÓRGÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO ÂMBITO DO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça



Ap Cível/Rem Necessária Nº 1.0000.22.293143-8/001

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRAZO. AUSÊNCIA DE REGRAMENTO, À EPOCA, NA LEI ORGÂNICA DO TCE/MG (LCE nº 102/2008). APLICAÇÃO ANALÓGICA DO PRAZO QUINQUENAL DO ART. 1º DO DECRETO-LEI Nº 20.910/41 E ART. 1º DA LEI Nº. 9.873/99. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. As normas insertas no art. 71, incisos I e II, da Constituição da República, aplicáveis aos Tribunais de Contas Estaduais em razão do princípio da simetria, atribuiu à Corte de Contas dupla função: (i) a primeira, consiste em auxiliar o Poder Legislativo a exercer o controle das contas públicas do Chefe do Poder Executivo, por meio da elaboração de parecer prévio; (ii) já a segunda consubstancia-se no julgamento das contas dos administradores, no que concerne à gestão dos recursos públicos.

2. Ao julgar as contas dos administradores, o Tribunal de Contas analisa a legalidade e regularidade na gestão dos recursos públicos, atuando de forma autônoma, podendo, inclusive, imputar débito e aplicar multa por meio de decisões com eficácia de título executivo, nos termos do art. 71, §3º, da Constituição da República e art. 180, §2º, da Constituição do Estado de Minas Gerais.

3. Não se desconhece que o Supremo Tribunal Federal tem entendimento de que os procedimentos de tomada de contas especial perante o Tribunal de Contas possuem natureza de processo administrativo, cuja finalidade consiste em apurar responsabilidade por danos causados ao erário, o que atrai a aplicação da exceção da imprescritibilidade prevista na norma inserta no art. 37, §5º, in fine, da Constituição da República. Da mesma forma, ressalte-se que a hipótese de ações de ressarcimento ao erário, fundadas em atos tipificados como ilícitos de improbidade administrativa, é tema de repercussão geral perante aquele Augusto Sodalício (Tema 897).

4. No caso em tela, entretanto, trata-se de Processo Administrativo decorrente de Inspeção Ordinária realizada em Câmara Municipal para exame de despesas sujeitas à licitação, no exercício de 1996, quando o autor ostentava a condição de Chefe do Poder Legislativo Municipal, ou seja, situação diversa das acima destacadas, sobretudo por importar aplicação de multa simples, e não restituição de valores ao erário, o que, em tese, seria imprescritível.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ap Cível/Rem Necessária Nº 1.0000.22.293143-8/001

5. Desse modo, apesar de não se poder falar em imprescritibilidade, há que se pontuar que a Administração não pode se eternizar na apuração de fatos submetidos a seu crivo, sob pena de violação aos princípios da segurança jurídica e da estabilidade das relações.

6. Diante da ausência de regras acerca da prescrição e decadência quando da ocorrência dos fatos e da tramitação do processo administrativo, entende-se, na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pela aplicação, por analogia, do prazo de 05 (cinco) anos previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 20.910/41 e art. 1º da Lei nº. 9.873/99, para tal finalidade.

7. Forçoso o reconhecimento, na espécie, da prescrição intercorrente, na medida em que, além de a decisão de mérito ter sido proferida quando já transcorridos mais de 13 (treze) anos da distribuição do feito, fato é que o procedimento permaneceu paralisado em setor naquele órgão por cerca de 07 (sete) anos, o que não se coaduna com os princípios constitucionais da duração razoável do processo, da segurança jurídica e estabilidade das relações jurídicas.

8. Transcorrido mais de um lustro durante a tramitação do feito administrativo perante o TCE/MG, a hipótese é de confirmação da sentença de procedência da demanda anulatória. (TJMG - Apelação Cível 1.0261.12.006921-4/001, Relator(a): Des.(a) Bitencourt Marcondes, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/11/2016, publicação da súmula em 30/11/2016)

Assim, em sede de reexame necessário, mantenho a sentença.

Dado à ampla devolutividade do reexame necessário, julgo prejudicado o recurso.

III – do dispositivo

Ante o exposto, em sede de reexame necessário, mantenho a sentença, prejudicado o recurso.

>

<>

DES. ALBERTO DINIZ JUNIOR - De acordo com o(a) Relator(a).



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ap Cível/Rem Necessária Nº 1.0000.22.293143-8/001

DES. MAURÍCIO SOARES - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "MANTIVERAM A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO, PREJUDICADO O RECURSO"